

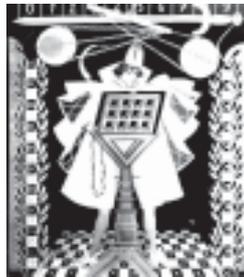
Judite Cavaleiro Paixão

Diretora do Arquivo Histórico e Biblioteca/Centro de Documentação e Informação do
Tribunal de Contas.

Fontes do Tribunal de Contas de Portugal para a história do Brasil Colônia

O Tribunal de Contas de Portugal detém, desde as suas origens, que remontam ao século XIII, a documentação fruto de sua gestão orgânico-funcional. O conhecimento da história da instituição, hoje denominada Tribunal de Contas, organismo com grande tradição histórica na estrutura do Estado português, contribui não só para o conhecimento da história do controle das finanças públicas, como para a compreensão do passado comum entre Portugal e Brasil.

A documentação produzida pelo órgão, apesar de avaliada e selecionada, foi guardada ao longo dos séculos no Arquivo Histórico, tornando-se parte integran-



te da própria instituição, como responsável pela custódia, tratamento, preservação e divulgação de documentos de valor histórico.

A Constituição da República portuguesa confere, atualmente, ao Tribunal de Contas a natureza de órgão de soberania, independente e apenas sujeito à lei. A sua jurisdição abrange todo o território nacional e toda a administração pública - central, regional e local - e ainda os serviços portugueses no estrangeiro. As decisões e acórdãos do Tribunal de Contas têm, como os dos outros tribunais, caráter obrigatório para todas as entidades públicas e privadas, prevalecendo sobre os de quaisquer outras entidades.

Com a definição das fronteiras, a garan-

tia da estabilidade política, a fixação da corte em Lisboa e a sedentarização dos órgãos da administração pública, formalizou-se o primeiro organismo especializado na função fiscalizadora: a Casa dos Contos, que cumprirá os seus objetivos de 1389 a 1761. Com o advento de um novo período histórico - o absolutismo -, surgiram alterações institucionais que permitiram colocar em execução uma política voltada para a centralização régia. Foi então criado o Erário Régio, que funcionou de 1761 a 1832. Durante o século XIX, o aparecimento de novos ideais de liberdade, o grande crescimento industrial e as novas concepções de poder político originaram por toda a Europa grandes convulsões, que justificam em Portugal a sucessão, num curto espaço de tempo, de várias alterações orgânicofuncionais na instituição ligada à fiscalização financeira, assim como na sua própria denominação: Tribunal do Tesouro Público (1832-1844), Conselho Fiscal de Contas (1844-1849) e o primeiro Tribunal de Contas (1849-1911). A implantação da República e o desaparecimento da Monarquia determinam, mais uma vez, alterações orgânicas e uma nova mudança de designação, surgindo, então, o Conselho Superior de Administração Financeira do Estado (1911-1919) e, posteriormente, o Conselho Superior de Finanças (1919-1930). No âmbito das reformas financeiras do Estado Novo, e com a emergência de uma nova política de maior controle e centralização das finanças públicas, a instituição retomou, em

1930, a designação que lhe fora atribuída em 1849 - Tribunal de Contas, designação essa que se mantém até à atualidade, apesar das grandes mudanças introduzidas, sendo as mais recentes a lei n.º 86 de 8 de setembro de 1989 e as leis ns.º 13 e 14 de 20 de abril de 1996.

A documentação existente no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas reflete bem o passado comum entre Portugal e Brasil, sobretudo a história da administração financeira do Brasil colonial, e proporciona elementos para o estudo da contabilidade e da história econômica.

Em relação à contabilidade, várias foram as instruções que o reino produziu sobre o método a que deveria obedecer a escrituração das contas da Fazenda Real nas diversas capitanias do Brasil, seguindo essa escrituração as alterações impostas pelas mudanças institucionais decorridas entre os séculos XVI e XIX, mais precisamente até 1825, altura em que foi reconhecida a independência do Estado brasileiro.

Dentre os diversos conjuntos documentais existentes no Arquivo Histórico, destacamos alguns que contêm elementos para a história do Brasil colonial.

CASA DOS CONTOS

rgão responsável pela ordenação e fiscalização das receitas e despesas do Estado, teve o seu primeiro regimento em 1389, quando das primeiras tentativas do poder cen-

tral para dominar e disciplinar a crescente burocracia. A este primeiro regimento seguiu-se um segundo, de 28 de novembro de 1419, e com d. Duarte um terceiro, em 22 de março de 1434, evoluindo todos eles no sentido de uma maior precisão e rapidez na liquidação e fiscalização das contas.

Com as transformações econômicas e sociais resultantes da expansão marítima do século XVI, os Contos d'El-Rei transformaram-se nos Contos do Reino e Casa. Os contadores e escrivães dos Contos, nomeados pelo soberano, passaram a ter um papel importante na escala de valores sociais do Reino, usufruindo de direitos e privilégios. À medida que a contabilidade pública se tornava mais complexa, novos desafios se apresentavam à administração financeira do reino e, em 1516, d. Manuel I publicou o regimento e ordenações da Fazenda, onde eram renovadas as normas de contabilidade pública, destacando-se a separação da contabilidade local da central.

Durante o domínio filipino (1591-1640), ocorreu a reforma, centralizando-se nos Contos do Reino e Casa toda a contabili-

dade pública, tanto da metrópole como do ultramar. Com d. João IV manteve-se o sistema filipino em relação à contabilidade pública, estendendo-se as normas do regimento dos contos a outros setores da administração pública e dando-se regimento aos Contos do Estado do Brasil, em dezembro de 1648. No entanto, pouco resta da documentação produzida durante este período, pois o terremoto de 1755 e o incêndio que se seguiu destruíram o edifício do Terreiro do Paço, onde funcionavam os Contos do Reino e Casa. Apenas se salvaram cofres onde estavam arrecadados valores metálicos e que foram entregues na Casa da Moeda, e alguns poucos livros da Casa dos Contos. Com as reformas administrativas e financeiras do marquês de Pombal, os Contos do Reino e Casa foram extintos, criando-se, para substituí-los, o Erário Régio, pela carta de lei de 22 de dezembro de 1761.

Do fundo documental dos Contos do Reino e Casa existente no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, há registros e informações sobre o Brasil em apenas dois dos seus livros:

Fundo	Cota	Título	Datas-limite
CC	39	Livro da despesa geral da conta de Bernardo dos Santos Nogueira, que serviu de tesoureiro da Casa da Moeda de Lisboa de 1749 a 1751	1756-1757
CC	41	Livro de receita e despesa anual da Fazenda Real e da Sereníssima Casa de Bragança extraída no ano de 1761	1761

O primeiro (CC39) integra-se na série relativa a processos de contas onde se fiscalizam as contas dos oficiais de recebimento responsáveis pela cobrança e arrecadação do patrimônio real através da tomada de contas. Este livro contém referência a outros livros (vales de receita e despesa): Livro da folha de pagamentos de ordenados; Livro de ouro em pó vindo do Estado do Brasil; Livro do ouro em barra; Livro da compra do ouro; Livro dos direitos dos diamantes; e Livro dos materiais.

O segundo (CC41) diz respeito à série relacionada com os Livros de receita e despesa da Fazenda Real e Casa de Bragança. Organizado por províncias e calculado a partir das arrematações de contratos, de rendimentos médios, ou das folhas de despesa de anos anteriores. As despesas contemplam: ordenados próprios de cada uma das arrecadações, ordenados e despesas de outras repartições, juros e tenças.

ERÁRIO RÉGIO

Organismo criado no reinado de d. José I, pela carta de lei de 22 de dezembro de 1761, durante um período absolutista em que o rei de Portugal dominava um império colonial que se estendia da Índia ao Brasil, passando pelo continente africano. Para garantir o exercício de um poder absoluto, era necessário um regime centralizado, que controlasse a dispersão das cobranças e despesas - característica do pe-

ríodo anterior - e possibilitasse uma gestão completa e sistemática das contas públicas. Passou-se de um regime de contabilidade unigráfica para um sistema digráfico.

Presidia o Erário Régio o inspetor-geral do Tesouro, que ficava imediatamente subordinado ao rei; por ordem hierárquica seguia-se o tesoureiro-mor, que tinha a seu cargo a Tesouraria-Mor. Para efeitos fiscais o reino ficou dividido em quatro contadorias, cada uma com o seu respectivo contador-geral:

- Contadoria Geral da Corte e província da Estremadura;
- Contadoria Geral das províncias do Reino e Ilhas dos Açores e da Madeira;
- Contadoria Geral do território da Relação do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa;
- Contadoria Geral da África Ocidental, do Maranhão e das comarcas do território da Relação da Bahia.

Estas duas últimas contadorias, pelo decreto de 28 de junho de 1820, foram reformuladas, dando lugar à Contadoria Geral do Rio e Bahia.

Na Tesouraria-Mor existia o livro mestre, que abrangia o conteúdo das receitas e despesas de todas as contadorias por ordem cronológica, remetendo cada assento para o número de ordem do livro mestre da respectiva contadoria. Cada livro era numerado, rubricado e encerrado pelo inspetor-geral. Nas contadorias, por sua

vez, existiam os seguintes livros:

- Borrador do diário - rascunho;
- Livro diário - onde se faziam os assentos que por extrato se transcreviam para o livro mestre da contadoria;
- Livro mestre - onde se transcreviam as receitas e despesas referentes a cada contadoria, em partidas dobradas, registrando cada assento o mesmo número de entrada assinalado no livro do tesoureiro-mor, além do número de lançamento no Diário;
- Livro auxiliar - para cada casa de arrecadação, cada um dos contratos, impostos, direitos que fossem cobrados, para que em qualquer momento se pudesse ter conhecimento rápido da conta líquida do crédito e débito respeitante a cada um.

Todos estes livros eram escriturados segundo o novo método de partidas dobradas (colocando-se na página esquerda os créditos - Deve - e na página direita os débitos - Há de haver), e serviam para cada contador-geral entregar ao inspetor-geral dois balanços anuais.

Nas capitanias do Brasil existiam práticas que se assemelhavam às da Tesouraria-Mor, uma vez que também os livros eram rubricados - mas pelo governador e capitão presidente da Junta -, e eram efetuados três balanços:

Balanço semanal - semanalmente somavam-se a receita e a despesa e conferiam-se os valores (dinheiro, ouro em pó e

barra) existentes no cofre da Tesouraria Geral da capitania com a quantia que resultava da maior receita. Este balanço era entregue ao governador da Junta da Fazenda da respectiva capitania e era assinado pelo tesoureiro-geral e pelo escrivão da Fazenda Real.

Balanço semestral - nas instruções enviadas pelo Erário Régio às diferentes Juntas das capitanias, relativas aos métodos de escrituração, era referido o exemplo do balanço semestral apresentado ao inspetor-geral pelo tesoureiro-mor. Na Tesouraria-Mor contava-se, na presença do inspetor-geral, o dinheiro que estava no cofre, conferindo-se cada uma das partidas da despesa com os documentos que dela faziam prova. Os documentos eram apresentados ao inspetor-geral que os examinava e cotejava um por um com os assentos do livro, ao mesmo tempo em que cortava cada um com duas tesouradas no alto. Juntando as quantias



'Burra' - arca de ferro chapeada do século XVII.

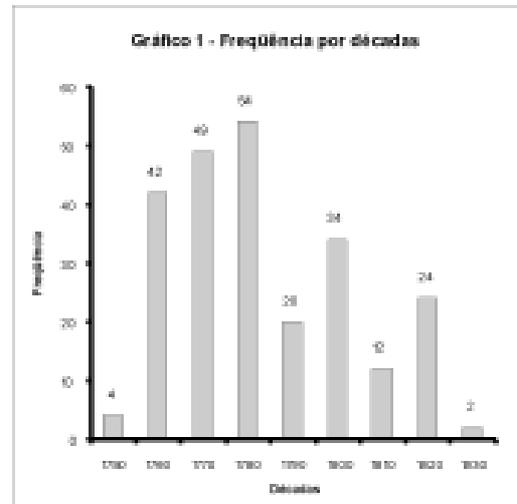
que apresentavam os contadores-gerais, se somassem o mesmo que mostrava o balanço da Tesouraria-Mor, e se o dinheiro contado importasse a mesma quantia, dava-se a conta por ajustada. Do ajuste, o escrivão da Tesouraria-Mor fazia um termo no livro de receita e despesa (depois do último assento) que era assinado pelo inspetor-geral, e a cópia ia inserida na quitação que se passava ao tesoureiro-mor.

Balanço anual - no final do ano deveria ser tomada a conta do tesoureiro da Junta da Fazenda da capitania da seguinte forma: principiava-se por contar o dinheiro existente, que deveria conferir exatamente com o saldo da maior receita que mostrava o livro caixa, e com o balanço que o contador da contadoria deveria apresentar da conta da caixa do seu livro mestre; seguia-se a conferência de cada uma das partidas da despesa com os documentos que dela faziam prova; concluído o exame dava-se a conta por ajustada ao tesoureiro, lavrando então o escrivão um termo, após o último assento, no livro de receita e despesa, que era assinado pela Junta e deveria ir incluído na quitação que se passava ao tesoureiro-geral.

Características de âmbito cronológico

A documentação sobre o Brasil colonial durante a vigência do Erário Régio compreende um período que vai de 1750 a 1833, sendo as décadas de 1760 a 1780 as de maior produção documental, como

se pode observar no gráfico 1 elaborado com base no levantamento do acervo existente.



Durante os primeiros anos do Erário Régio, verificou-se um reforço do aparelho administrativo e financeiro estatal, que se traduziu no alargamento da jurisdição deste órgão, a quem era atribuído o rendimento de diversos bens, como os da Casa de Bragança, da Casa das Senhoras Rainhas, do donativo dos 4%, oferecido pelo comércio para a reedificação de Lisboa após o terremoto de 1755 etc. Porém, com a morte de d. José I, em 1777, e o afastamento do marquês de Pombal - presidente do Erário desde a sua criação - ocorreram algumas alterações na vida política portuguesa, com conseqüências inevitáveis para a ação fiscalizadora do Erário. Com d. Maria I a ação do governo exerceu-se no sentido de uma maior liberalização, tanto no plano político como no econômico. Exemplo disso foi a extinção, em 1778, da Com-

panhia do Grão-Pará e Maranhão, e, em 1780, da Companhia de Pernambuco e Bahia. As próprias manufaturas, propriedade do Estado, passaram para o domínio privado. No que se refere à política internacional, o período compreendido entre o final do século XVIII e o início do XIX caracterizou-se por uma instabilidade que repercutiu também em Portugal. Por um lado, o crescimento dos grandes impérios coloniais europeus originou conflitos que se estenderam às áreas de influência portuguesa, tanto no Brasil como na África. Por outro, a ameaça francesa começou a se fazer sentir em Portugal na década de 1790, dividindo a classe dirigente portuguesa e criando uma crise política: de um lado, os defensores do 'partido inglês', que propunham fidelidade à tradicional aliança luso-britânica; de outro, os defensores do 'partido francês', que pretendiam uma aproximação com a França como forma de evitar a revolução. As primeiras décadas do século XIX se caracterizaram por um esforço do governo português em relação à política de defesa, que teria como principal consequência a fuga da família real para o Brasil, em 1807. A estabilidade que marcou os primeiros anos do Erário Régio desapareceu no final do século XVIII e início do XIX. Estes são apenas alguns dos indicadores que explicam a evolução demonstrada no gráfico.

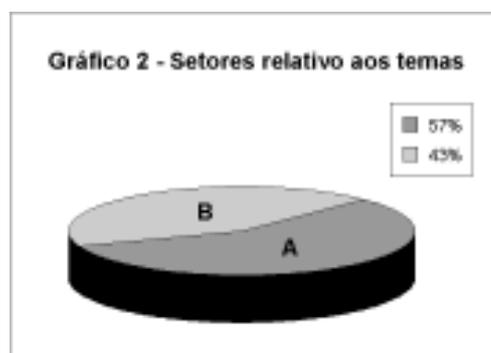
Características de âmbito temático

A documentação relativa ao Brasil existente no Erário Régio pode ser dividida, segundo os temas que aborda, em dois grandes

grupos:

- documentos relativos a operações contabilísticas - considerando neste grupo todos os livros utilizados no registro dos débitos e créditos, ou seja, livros mestre, livros diários, livros borradores do diário, livro de registro de contas, livro de registro dos rendimentos, livros caixa e balanços;
- registro de documentos recebidos e expedidos pela Tesouraria-Mor do Erário e as Juntas da Fazenda das diferentes capitanias do Brasil, tais como: decretos, ordens, instruções, portarias, ofícios e cartas régias, que regulavam o modo de escrituração e explicavam as dúvidas relativas às informações que se encontravam nos livros de contabilidade.

Contabilizando-se os documentos, é possível concluir que um número superior de livros referia-se a operações contabilísticas, como se pode observar no gráfico 2.



A - livros relacionados com o registro de operações contabilísticas.

B - livros relacionados com o registro de documentos recebidos e expedidos.

Se compararmos a freqüência dos livros de registro de operações contabilísticas com os livros de registro de documentos recebidos e expedidos, concluiremos (como se pode comprovar no gráfico 3) que existe uma evolução ao longo do tempo comum aos dois temas, exceto na década de 1770, quando se verifica um certo desvio. Durante este período os livros de registro de documentos recebidos e expedidos diminuem, enquanto aumentam os relativos às operações contabilísticas.

Em relação à forma como os temas se distribuem pelas diferentes contadorias (gráfico 4), verificamos que em todas elas predominam os livros de registro de operações contabilísticas, exceto na Contadoria Geral do Rio e Bahia, criada em 1820.

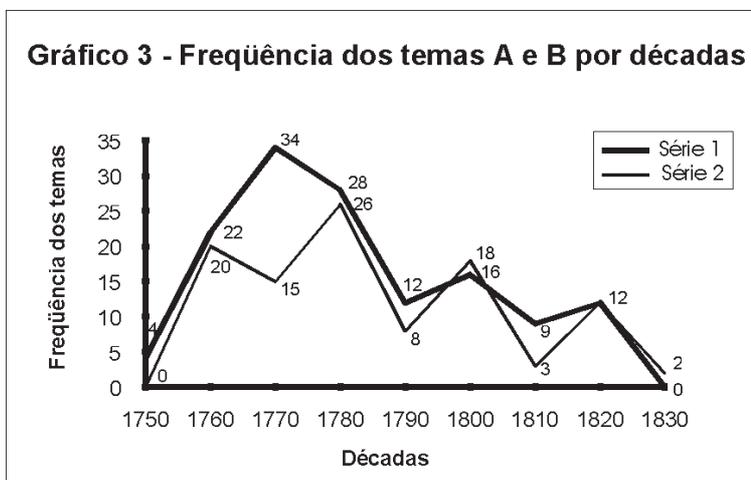
Características de âmbito orgânico

Como já afirmamos, o Erário Régio en-

contrava-se organizado por contadorias que estavam ligadas à Tesouraria-Mor. Os assuntos relativos ao Brasil eram tratados pelas contadorias que constam do gráfico 5.

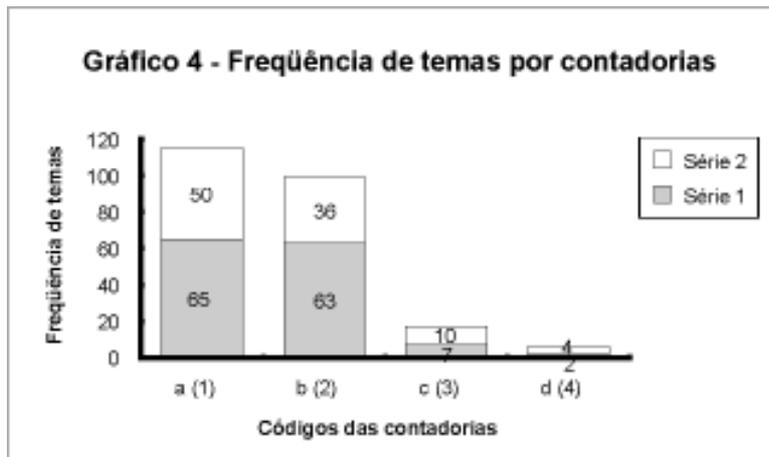
A contadoria com maior produção documental é a do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa, seguida da Contadoria da África Ocidental, Maranhão e comarcas do território da Relação da Bahia. A reformulação destas contadorias, em 1820, e a criação, em seu lugar, da Contadoria Geral do Rio e Bahia nos permitem perceber a importância que estas duas capitanias brasileiras tiveram para a economia portuguesa, principalmente neste período.

Todo o fundo documental pertencente ao Erário Régio é imprescindível para o estudo da vida financeira do Brasil colonial até à data da sua independência, e mesmo posteriormente. Nele está concentra-



Série 1 - tema A (livros relacionados com o registro de operações contabilísticas).

Série 2 - tema B (livros relacionados com o registro de documentos recebidos e expedidos).

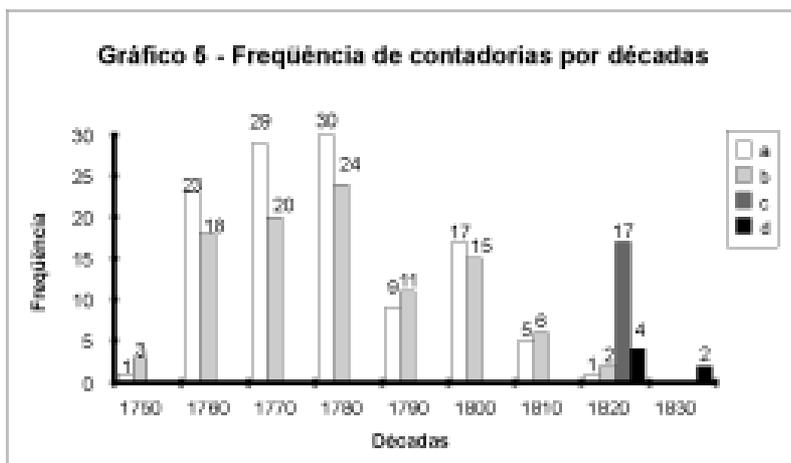


a(1) - Contadoria Geral do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa.

b(2) - Contadoria Geral da África Ocidental, Maranhão e comarcas do território da Relação da Bahia.

c(3) - Contadoria Geral do Rio e Bahia.

d(4) - Contadoria Geral das Ilhas Adjacentes e Domínios Ultramarinos.



a - Contadoria Geral do Rio de Janeiro, África Oriental e Ásia Portuguesa.

b - Contadoria Geral da África Ocidental, Maranhão e comarcas do território da Relação da Bahia.

c - Contadoria Geral do Rio e Bahia.

d - Contadoria Geral das Ilhas Adjacentes e Domínios Ultramarinos.

da a informação sobre contratos, organização administrativa e suas conseqüências financeiras, relações econômicas entre a metrópole e a colônia, escrituração, salários de funcionários (e as suas implicações sociais), problemas dos colonos, organização militar, bem como as alterações que estas e outras questões sofreram ao longo do tempo.

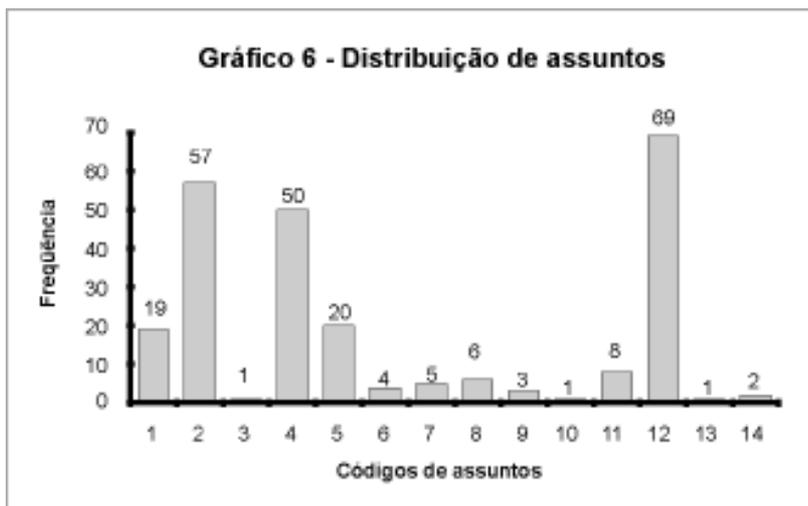
Cartórios avulsos

Para completar a informação fornecida pelo fundo do Erário Régio existem os cartórios avulsos, constituídos na sua maioria por correspondência e documentação ligada a operações financeiras. Os documentos sobre o Brasil abrangem o período histórico situado entre 1700 e 1830, incidindo predominantemente no

século XIX. Esta documentação é importante para ilustrar e justificar determinadas contas que deram entrada para liquidação no Erário Régio e no seu sucessor, o Tesouro Público.

Em relação ao Brasil, a documentação abrange os assuntos que constam do gráfico 6.

No levantamento efetuado, verificou-se que o maior número de documentos está relacionado com questões de contabilidade, ou seja, mapas e cálculos de rendimentos, contas, mapas demonstrativos de receita e despesa, mapas das tesourarias, relações de dívidas etc. Obedecendo uma ordem decrescente de frequência, seguem-se os documentos relativos a nomeações e suspensões de

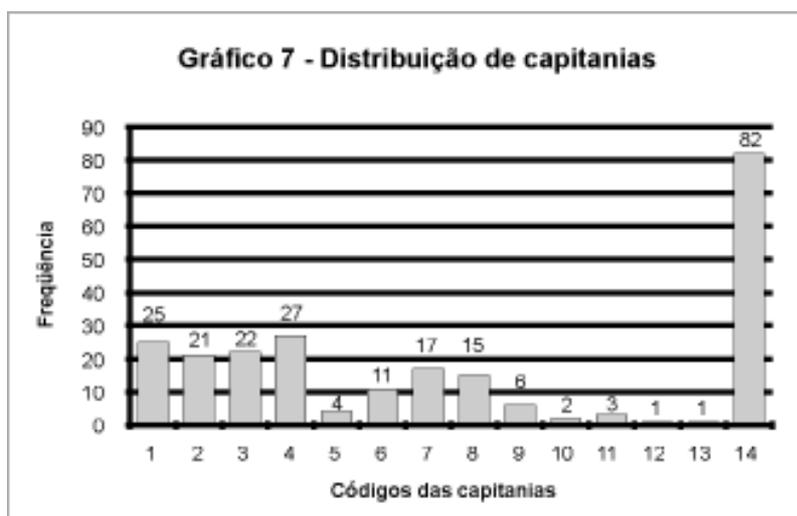


- | | |
|---|--|
| 1 - Contratos | 8 - Pensões |
| 2 - Nomeações/suspensões | 9 - Fábricas |
| 3 - Empréstimos pedidos pela Coroa | 10 - Carta de quitação |
| 4 - Vencimentos | 11 - Processos vários |
| 5 - Despesas das capitânias | 12 - Contabilidade |
| 6 - Dívidas à Coroa | 13 - Empréstimos atribuídos pela Coroa |
| 7 - Organização administrativa e financeira | 14 - Órgãos consultivos |

cargos, tanto de funcionários das Juntas da Fazenda das capitanias como de párocos, e os respectivos vencimentos. Processos relacionados com as arrematações de contratos são uma boa fonte de informação sobre os diferentes tipos e condições dos contratos nas diferentes capitanias do Brasil. As despesas estão relacionadas com o dinheiro gasto pelas Juntas da Fazenda na construção de casas oficiais, ornamentos das igrejas, fardamentos das tropas, obras públicas etc. A par destes assuntos, surgem também outros com representação menor; é o caso dos documentos relativos ao empréstimo pedido pela Coroa às diferentes capitanias para a reconstrução da cidade de Lisboa, às cobranças das dívidas contraídas pelas Juntas da Fazenda,

às instruções de âmbito administrativo e financeiro enviadas ao Brasil, às pensões atribuídas à família dos funcionários régios, às relações das fábricas existentes nas capitanias do Brasil, às cartas de quitação, aos processos vários relacionados com casos particulares que foram acusados pela Coroa. Por fim, os documentos referentes ao empréstimo régio concedido aos agricultores da capitania do Rio de Janeiro e decretos de criação de juntas e comissões consultivas.

As capitanias mais representativas em termos de documentos existentes nos cartórios avulsos podem ser visualizadas pelo gráfico 7. Como se pode observar, os documentos aplicáveis a mais de uma capitania predominam, seguindo-se os que se referem às capitanias de São Pau-



1 - Minas Gerais
2 - Grão-Pará
3 - Pernambuco
4 - São Paulo
5 - Paraíba
6 - Ceará
7 - Bahia

8 - Rio de Janeiro
9 - Rio Grande do Sul
10 - Goiás
11 - Maranhão
12 - Rio Grande do Norte
13 - S. José do Rio Negro
14 - Geral

lo e Minas Gerais; Grão-Pará e Pernambuco também estão bem representadas, assim como Bahia, Rio de Janeiro e Ceará. Todas as outras capitânicas têm uma frequência mais baixa, e um dos motivos para esta disparidade pode estar na alteração sofrida por suas circunscrições ao longo dos séculos XVIII e XIX. Um estudo desta evolução poderá explicar estas alterações.

Esta coleção é importante não só para completar a informação referente ao funcionamento e competências do Erário Régio, como também para nos dar um testemunho mais real das necessidades sentidas pelas capitânicas, através dos requerimentos por elas encaminhados a este órgão.

Junta da Inconfidência

Em consequência do atentado contra d. José I em 1756, proferiu a Junta da Inconfidência uma sentença, em 1759, através da qual foram incorporados à Coroa os bens que estavam na posse dos réus acusados de lesa-majestade. Alguns meses mais tarde foi decretado o seqüestro dos bens dos regulares da Companhia de

Jesus. São precisamente os livros e documentos relativos a estas incorporações que integram o conjunto documental da Junta da Inconfidência e que se encontram no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas. A importância desta coleção para a história do Brasil colonial está relacionada com os documentos sobre os colégios e provedorias da Companhia de Jesus no Brasil que foram extintos e anexados à Coroa portuguesa. São 15 livros e documentos que compreendem o período de 1584 a 1806, sendo o mais antigo um traslado da doação do Colégio dos Jesuítas na cidade de São Salvador da capitania da Bahia.

Trata-se de balanços sobre a receita e despesa dos jesuítas, bem como de relações dos seus rendimentos e bens. Através do estudo desta documentação podem tirar-se conclusões sobre a riqueza dos colégios, sua organização e sua influência na sociedade brasileira.

Cartas de doação, padrão e mercê

Relativamente ao Brasil, esta coleção é composta pelas cartas relacionadas na tabela abaixo:

Título	Data
Carta de doação da capitania situada entre os rios Tuzi até ao rio Caite	1634
Carta de padrão de tença relativa ao rendimento de 1% do ouro e pau-brasil em nome do procurador-geral do noviciado da Índia	1726
Carta de padrão de juro assentado no rendimento do 1% do ouro e pau-brasil	1792
Carta de mercê do ofício de juiz dos órfãos da cidade do Rio de Janeiro	1798

Estes documentos auxiliam a compreensão das relações que se estabeleceram entre Brasil e Portugal durante os séculos XVII e XVIII.

A função de controle das finanças públicas do Estado português foi o grande objetivo dos organismos que antecederam o atual Tribunal de Contas e, tal como afirmamos no início, esta documentação é essencial para uma correta avaliação, especialmente no nível financeiro, das relações que se estabeleceram entre Brasil e Portugal nos séculos XVIII e XIX, po-

dendo por vezes recuar até o século XVII. No entanto, os diferentes setores da sociedade não são compartimentos estanques, e as alterações econômicas são, simultaneamente, causa e conseqüência da evolução histórica da sociedade, da cultura e da mentalidade.

Com base nas fontes existentes no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, foram elaborados instrumentos de descrição da documentação, bem como publicadas obras e artigos.



*Contador - Ex-libris do Tribunal de Contas.
Gravura de Almada Negreiros.*

A B S T R A C T

The Historical Archives of the Portuguese Audit Office has a lot of documents which reflects the past, in common, between Portugal and Brazil, especially concerning to the financial control of Brazil in colonial times.

It gives some elements to study the accountancy and economical history, allowing a surveying of the administrative and financial organization of 'Juntas da Fazenda' from different Brazilian captainships and their liaisons with the Portuguese Court, as well the study of economical relationship between the two countries, since the beginning of the seventh century to the first half of nineteenth, embracing a geographical area wich goes from the captainship of 'Grão-Pará' to that of 'Rio Grande do Sul'.

R É S U M É

L'Archive Historique de la Cour des Comptes du Portugal détient une documentation qui reflète le passé commun du Portugal et du Brésil, nottamment en ce qui concerne le contrôle financier du Brésil colonial.

Cette documentation, en présentant des éléments pour l'étude de la comptabilité et de l'histoire économique, nous permet de connaître l'organisation administrative et financière des 'Juntas de Fazenda' des différentes capitaineries du Brésil et leurs rapports avec la cour portuguese, les relations économiques entre les deux pays dès le début du XVII ème siècle jusqu'à la première moitié du XIX ème siècle, en comprenant les régions du Brésil entre la capitainerie du 'Grão-Pará' et celle du 'Rio Grande do Sul'.